

## O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira

### *The non-place the black student in the brazil education*

**Tamyris Proença Bonilha**

*Universidade Nilton Lins, Manaus/AM, Brasil.*

**Ângela Fátima Soligo**

*Faculdade de Educação da Unicamp, Departamento de Psicologia Educacional, Brasil.*

#### **Resumo**

Este estudo tem por objetivo analisar dados estatísticos educacionais acerca da trajetória do sujeito negro, na educação básica, de modo a identificar as regiões do Brasil que apresentam os maiores índices de exclusão escolar. Foram utilizados para a coleta de dados o Censo Escolar de 2007 e 2009. Constatou-se disparidade entre o número de alunos pretos e alunos pardos, em todos os níveis de ensino, situação esta, compreendida na lógica do ideal de branqueamento; os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio representam os níveis de ensino com exclusão escolar do aluno negro. A exclusão do negro é um problema nacional, não estando circunscrita a uma região específica. O aluno negro sofre as consequências da discriminação racial em todas as regiões do país, e em todos os níveis de ensino.

**Palavras-chave:** racismo | exclusão escolar do negro | preconceito racial.

#### **Abstract**

*This study aims to analyze statistical data about the black person educational history in basic education. It is intended to relate and to question the School Census data, identifying the Brazilian regions with the greater reduction in the black student's proportion over the education levels. It was used for data collection the Censo Escolar de 2007 e 2009. We identified disparity between the number of black students and brown students at all levels of education, a situation, understood into the bleaching ideal logic; the highest proportion of black students are concentrated in children education, specifically in pre-school; the elementary school final years and high school levels of education represent the smallest proportion of black students. The exclusion of black person is a national problem, not being limited to a specific region, that is, black students suffer the consequences of racial discrimination in every region of the country, and in every level of education.*

**Keywords:** racism | exclusion of black student | racial prejudice.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo relata os resultados de uma pesquisa acerca da exclusão do negro no contexto escolar brasileiro. O presente estudo teve por objetivo analisar dados estatísticos educacionais acerca da exclusão do sujeito negro na educação básica, de modo a desvelar os elementos do processo de discriminação racial persistente no Brasil. Para tanto, foram analisados dados estatísticos educacionais, a fim de identificar as regiões do Brasil que apresentam os maiores índices de exclusão escolar dos negros, bem como analisar possíveis mecanismos que influenciam o sucesso e o fracasso escolar destes sujeitos.

Após a Abolição da escravatura, com o incentivo à imigração europeia no país, os negros foram deslocados para um “*não-lugar*” em vários âmbitos da sociedade, principalmente no mercado de trabalho, e desta forma, ficaram relegados a uma situação de exclusão e miséria. Desde então, esse “*não-lugar*” é estigmatizado, marcado por estereótipos negativos, legitimando-se, assim, a discriminação racial, mantida pelos benefícios simbólicos e materiais que a população branca obtém da desqualificação competitiva do grupo negro.

32

Caracteriza-se o “*não-lugar*” como o espaço do anonimato, que é impessoal, sem qualquer traço de identidade ou de valorização; uma forma eficaz de silenciar e apagar um segmento da população da história e da cultura de um país. É importante destacar que tal exclusão acontece principalmente no nível simbólico, isto é, o “*não-lugar*” não corresponde apenas a um espaço físico, trata-se, também, de uma exclusão que opera no nível da subjetividade dos sujeitos.

Diante deste contexto e da necessidade de denunciar a persistência do racismo e do mito da democracia racial, esta pesquisa teve como foco de análise os indicadores de exclusão escolar, entre as diferentes regiões do Brasil, os quais revelam e ocultam aspectos importantes para a compreensão da dinâmica do preconceito e da exclusão do aluno negro.

Como fonte de dados foram utilizados os indicadores do Censo Escolar pelo fato de estes serem utilizados como base para o planejamento e implementação de políticas públicas, além de oferecerem informações relativas à educação básica que subsidiam a elaboração de análises, diagnósticos e planejamento do sistema educacional do País.

Apesar de pesquisas que analisam a produção acadêmica apontarem para uma crescente fonte de dados educacionais desagregados por cor/raça, este estudo ‘esbarrou’ em inúmeras dificuldades no que se refere à validade e tratamento dos dados oficiais sobre a população negra, na escola. Além de um número reduzido de fontes – que respondam à pergunta da pesquisa, isto é, que apresentem o número de crianças matriculadas e o índice de abandono escolar, segundo a cor da pele – constatou-se, também, o elevado número de pessoas que não declaram a cor, o que camufla a real situação do negro na sociedade brasileira.

Neste contexto, a autodeclaração racial é compreendida como um ato político, em que o sujeito passa a migrar, ao longo de sua vida, de uma categoria de cor/raça para outra: ora para o polo de cor branca, ora para o polo de cor preta, de acordo com suas convicções e o contexto político e social. Decerto não cabe ignorar o fato de que a inclusão da variável raça/cor em pesquisas oficiais representa uma árdua conquista do movimento negro no Brasil, processo este que, embora lento, ganhou maior ênfase na segunda metade da década dos noventa do século passado.

Embora se reconheçam os avanços no campo das pesquisas oficiais que incluem a variável raça/cor, este e outros estudos recentes apontam para a marginalização da população negra quando se trata de pesquisas oficiais, situação esta que dificulta o enfrentamento do racismo e da exclusão social do negro. Destaca-se a importância do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas acerca destes e de outros dados estatísticos, com o objetivo de revelar suas lacunas, contradições e fatos que, possivelmente, colaborem para o estabelecimento de uma sociedade desigual e excludente.

## 2. CENSO ESCOLAR: O QUE REVELA E O QUE ESCONDE?

Não foi objetivo desta pesquisa ler os dados como uma verdade absoluta, pelo contrário, através de uma análise crítica sobre os dados quantificados de exclusão escolar do negro, pretende-se desvelar o que há de oculto por detrás dos números.

Os dados do Censo Escolar indicam o número de alunos nos diferentes níveis de ensino, nas cinco regiões do Brasil (norte, nordeste, centro-oeste, sul e

sudeste), segundo a cor/raça (branca, preta, parda, amarela e indígena); nesta análise foram analisados os censos escolares dos anos 2007 e 2009<sup>1</sup>.

A partir da comparação da proporção de alunos negros nas cinco regiões do Brasil, de acordo com os diferentes níveis de ensino da educação básica, inferem-se fatos importantes para a discussão dos dados do Censo Escolar, sobre a trajetória escolar do aluno negro.

TABELA 1

**Proporção de Alunos Negros nas diferentes Regiões do Brasil, segundo o Nível de Ensino – 2007 e 2009**

Região	Nível Ano	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
Norte	2007	47,5%	38,5%	20%	17,8%	16,8%
	2009	54,9%	57,6%	38,3%	30%	32%
Nordeste	2007	44,9%	37,9%	23,5%	20,3%	19,7%
	2009	54,5%	55%	37,1%	30,4%	30,4%
Centro-Oeste	2007	26,1%	27,5%	14,9%	12,9%	12%
	2009	34,3%	35,1%	28,5%	23,6%	25%
Sudeste	2007	26,4%	26,6%	22,2%	20%	15,1%
	2009	28,3%	30,8%	28,2%	24,1%	20,1%
Sul	2007	9,6%	9,2%	10%	9,6%	8,4
	2009	10,6%	9,8%	11,1%	9,9%	9,6%

Fonte: Censo Escolar 2007 e 2009.

Do ano de 2007 a 2009 (Tabela 1), nota-se um aumento da presença de alunos negros na escola, em todos os níveis de ensino e em todas as regiões do país; tal aumento é mais expressivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, a proporção de negros, ao longo dos níveis de ensino, não diminuiu tão drasticamente, como verificados nas demais regiões, o que permite inferir que nestas regiões há maior permanência dos alunos negros na escola, principalmente na passagem da educação infantil para o Ensino Fundamental.

<sup>1</sup> A escolha dos períodos a serem analisados refere-se às limitações dos dados estatísticos educacionais brasileiros, pois somente a partir de 2005, o Censo Escolar passou a incluir o quesito cor/raça na coleta dos dados e, apenas em 2007, passou-se a tratar dados desagregados por indivíduos, não apenas centrado na escola.

Os anos finais do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio representam os níveis de ensino com a menor proporção de alunos negros, ou seja, à medida que se vai avançando no Ensino Fundamental, o aluno negro vai, gradativamente, sendo excluído da escola.

Em relação ao total de alunos na Educação Infantil, as Regiões Norte e Nordeste apresentam uma considerável queda da proporção de alunos negros, nos anos iniciais do Ensino Fundamental; mesmo havendo um aumento do número de negros nestes níveis de ensino, no período de 2007 a 2009, a exclusão escolar dos alunos negros se mantém elevada.

### **3. A EXCLUSÃO DO ALUNO NEGRO NAS DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL**

#### **3.1 REGIÃO NORTE**

A partir da análise dos dados educacionais do Censo Escolar dos anos de 2007 e 2009, constatou-se que na região Norte do Brasil, há grande concentração de negros na educação infantil. Em 2007, evidencia-se maior concentração de negros na creche, porém ao longo dos anos de estudo este contingente diminui significativamente. Em 2009, há um aumento do número de crianças negras na pré-escola assim como nos níveis de ensino seguintes, destacando-se o ensino médio, em que o contingente de negros praticamente dobrou em relação a 2007.

Analisando o contingente de pretos e pardos, nos diferentes níveis de ensino, nota-se que em 2007, a maior exclusão destes alunos ocorreu na passagem da educação infantil para o ensino fundamental, caindo de 38,5% (pré-escola) para 20%. Em 2009, há uma melhora deste quadro, com um aumento no número de alunos no ensino fundamental, embora nestes dois anos tenha ocorrido uma diminuição do contingente de negros nos anos finais do ensino fundamental.

Em 2009, a exclusão no ensino fundamental é maior do que no período anterior. Em 2007 o número de alunos que saíram dos anos iniciais para os anos finais deste nível de ensino reduziu-se em 2,2%, já em 2009, este indicador é elevado para 8,5%.

Outro dado relevante é o número de alunos pretos e pardos no ensino médio, em 2009 evidencia-se um aumento de 15,2% em relação a 2007, ou seja, este índice aproximadamente dobrou, passando de 16,8% para 32% de negros.

Segundo os estudos de Castro (2000), nas regiões Norte e Nordeste, em que pese o significativo crescimento da matrícula nos anos mais recentes, o ensino médio nestes locais ainda permanece bastante elitizado. Tal situação tende a mudar à medida que o desempenho do ensino fundamental for melhorando e gerando demanda.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a Região Norte é aquela que apresenta maior concentração de pessoas negras na população, sendo 73,8%, em 2007 e 75,9%, em 2009.

Apesar de o número de negros na escola diminuir de forma notória ao longo dos níveis de ensino, comparando o número de alunos por raça/cor, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, a população negra é a maioria do total de alunos.

36

Além disso, é importante destacar o elevado número de pessoas que estão classificadas como raça/cor “não-declarada”, sendo este um dado que pode ocultar diversas outras constatações, além de camuflar a real situação dos negros na educação. Neste caso, uma das explicações para a não identificação da cor refere-se à ideologia do branqueamento, a qual impede os sujeitos de se reconhecerem como pertencentes ao segmento negro da população, tonando invisível, dessa forma, a exclusão social dos negros no Brasil.

De acordo com os estudos de Henriques (2001) sobre as desigualdades regionais no Brasil, existe no Brasil um nítido padrão de distribuição regional, com os brancos sendo a maioria nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul) e os pardos sendo majoritários nas regiões menos desenvolvidas (Nordeste e Norte). Em um estudo sobre a incidência da pobreza no Brasil, de acordo com as grandes regiões, o autor revela que, na região Norte, 50% dos pardos e 44% dos pretos são pobres, contra 35% dos brancos.

Na mesma linha de pesquisa, Lemos (2005) mapeou a exclusão social no Brasil por regiões, e constatou que em 2004, o PIB per captado do Nordeste representava apenas 50,64% da média do Brasil e 39,29% da média do Sudeste. No Norte o PIB médio representava, respectivamente, 66,81% do Brasil e 51,83% do Sudeste, em 2004.

Com base neste conjunto de evidências, pode-se inferir e constatar que existe um fosso bastante grande e significativo, que precisa ser superado, entre os padrões de renda observados no Brasil, como um todo, e nas duas regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul) e aqueles praticados em duas das suas regiões mais pobres, que são sem dúvida o Nordeste e o Norte.

A alta concentração de negros na região Norte (75,9%), aliada à alta proporção de alunos negros na escola, com uma trajetória escolar acidentada e marcada pela evasão escolar, evidencia a situação de desvantagem social que a população negra está submetida, atualmente. Os indicadores educacionais apontam que nas regiões Norte e Nordeste do país, os índices de repetência e evasão escolar são elevados, além disso, as dificuldades de infraestrutura das escolas e de acesso/transporte dos alunos das zonas mais periféricas dificultam a permanência do aluno na escola.

### 3.2 REGIÃO NORDESTE

Similar à região Norte observa-se no Nordeste uma maior concentração de alunos negros na educação infantil, contudo, em 2009, não ocorre o mesmo aumento do número de alunos negros na passagem dos anos finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, como verificado na região Norte, mantendo-se em 30,4%.

Para a análise dos dados educacionais é importante discutir a situação de exclusão social a que o Nordeste está submetido, em relação às demais regiões do Brasil. Segundo Lemos (2005, p.101), “o Nordeste se constitui na região brasileira com o maior percentual da população socialmente excluída em todos os anos deste começo de milênio. A região começou a década com 39,37% de excluídos, e chegou em 2005 com 36,07% de sua população socialmente excluída.”

Henriques (2001) analisa a dinâmica da distribuição da pobreza entre as regiões do país, e constata que o Nordeste concentra 50,6% da população pobre do país, ou seja, 26,8 milhões de brasileiros, que vivem no Nordeste, são pobres. Ao considerar o critério de cor/ região, constata-se que 35% dos pobres do país (18,6 milhões de brasileiros) são de cor parda, residindo no Nordeste, enquanto 12% dos pobres são brancos.

Estes e outros problemas de ordem socioeconômica vivenciados pelos estados da Região Nordeste refletem diretamente na qualidade da educação. O elevado

número de alunos em salas de aula, a diminuição do tempo das aulas, a precária qualificação dos professores, a baixa profissionalização com baixos salários, as instalações materiais inadequadas, a falta de apoio de material pedagógico formam um conjunto articulado de fatores que impactam negativamente a trajetória escola dos alunos. Os professores do Nordeste ganham aproximadamente 43,9% menos do que a média salarial da categoria em âmbito nacional (Haddad e Graciano, 2003).

Tal cenário contribui para os elevados índices de evasão e repetência e confirma as desigualdades regionais existentes no Brasil: o Norte, com 27,3%, e o Nordeste, com 27,5%, apresentam os índices mais elevados de evasão e repetência e, conseqüentemente, o tempo mais longo de conclusão do Ensino Fundamental (11,8 anos e 11,5 anos, respectivamente). Em relação ao analfabetismo, a desigualdade se mantém, o Nordeste apresenta os piores índices: 17,92% da população dessa faixa etária são analfabetos absolutos (mais do que o triplo da Região Sul), e 28,93% são analfabetos funcionais (Haddad e Graciano, 2003).

38

Analisando os dados do Censo Escolar sobre a região, nota-se em 2009, um aumento no número de alunos negros nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Apesar disso, neste ano, a exclusão é maior na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, sendo 6,7%, em 2009, e 3,2%, em 2007.

É fato que a maioria dos brasileiros que vive em situação de extrema pobreza é negra e vive na Região Nordeste. A alta concentração de negros no Nordeste explica-se pelo intenso processo de imigração do Nordeste, em que a participação dos brancos foi muito mais elevada do que a de negros. Em 1980, o centro de assentamento dos pardos ainda era o Nordeste, enquanto o dos brancos se deslocou para o Sul do país. Em 1987, os pardos apresentavam, em média, menos de 1/3 do nível educacional atingido pelos pardos no Sudeste, e os rendimentos médios dos assalariados pardos no Nordeste era somente a metade dos obtidos pelos trabalhadores pardos, do Sudeste (Andrews, 1998).

Apesar de a população negra se manter em um número relativamente estável de 2007 a 2009, observa-se um aumento do número de alunos negros na Educação Básica. Esta situação também é verificada no caso da Região Norte. Assim, apesar de os desníveis regionais persistirem, em prejuízo da região Nordeste, é importante assinalar que, nas últimas décadas, as regiões Norte e Nordeste deram um salto considerável em direção à melhoria da educação. Castro (2000) atribui tal avanço à implementação de políticas públicas na década de 1990:



Hasenbalg e Silva (1990) assinalam que as desigualdades entre brancos e negros não podem ser explicadas apenas por fatores regionais, nem somente pelas circunstâncias socioeconômicas das famílias, mas sim de acordo com o critério de raça/cor. “Embora uma melhor condição socioeconômica reduza a proporção de crianças que não têm acesso à escola, independentemente de sua cor, ainda persiste uma diferença clara nos níveis gerais de acesso entre crianças brancas e não-brancas, mesmo nos níveis mais elevados de renda familiar *per capita*” (p. 88).

Mantendo-se constantes as condições socioeconômicas para efeito de análise, verifica-se que ainda persistem os diferenciais de raça entre crianças brancas e negras que pertencem a famílias com a mesma renda per capita, no que diz respeito às oportunidades de ingresso no sistema escolar.

Continuo achando que racismo e discriminação racial, no passado e no presente, constituem a explicação mais sólida para as desigualdades raciais. A disparidade de renda entre brancos e não-brancos é talvez o aspecto mais gritante das desigualdades. Mas, insisto, pretos e pardos estão expostos a desvantagens em todas as etapas do ciclo de vida (Hasenbalg apud Guimarães, 2006, p. 263).

Apesar das condições socioeconômicas e das desigualdades regionais, evidenciadas no Brasil impactarem tanto entre alunos brancos como negros, os dados do Censo Escolar e o referencial teórico apontam que os alunos negros ainda são os que mais sofrem em sua trajetória escolar, tendo em vista os fatores intra-escolares que atuam, camufladamente, para a desqualificação e apagamento dos sujeitos não-brancos.

### 3.3 REGIÃO CENTRO-OESTE

No Centro-Oeste do Brasil verifica-se maior concentração de alunos negros na educação infantil (creche e pré-escola). Na transição da pré-escola para o Ensino Fundamental é identificado o maior índice de exclusão escolar de negros na região: 12,6% no ano 2007 e 6,6% em 2009. Vale destacar a redução significativa deste índice, em dois anos tal exclusão se reduziu quase pela metade. Nos demais níveis de ensino a redução do número de alunos negros é menos perceptível, aproximadamente 2%.

No Ensino Médio e nos anos finais do Ensino Fundamental, o contingente de alunos negros aumentou notoriamente, de 2007 a 2009, no primeiro saltou de 12% para 25%; no segundo avançou de 14,9% para 28,5%.

De acordo com Castro (2000), a educação no Centro-Oeste avançou muito desde a década de 1990, e em alguns aspectos aproxima-se muito do perfil das Regiões Sul e Sudeste do país. A região apresenta uma estrutura de matrícula no Ensino Fundamental com tendência à estabilização da 1ª à 4ª série e forte crescimento da 5ª à 8ª série, assim como no Sul e no Sudeste. Além disso, “a região Centro-Oeste também registrou uma queda bastante acentuada na taxa de analfabetismo, de 25,3%, em 1980, para 11,6%, em 1996, aproximando-se assim do perfil das regiões Sul e Sudeste. Na população urbana da região Norte, a queda foi maior ainda: de 29,3% para 12,4%” (Castro, 2000, p.430).

Henriques (2001) aponta que, diferentemente do que se verifica no Norte e no Nordeste, a população pobre distribui-se de forma equilibrada entre as demais regiões: 12% no Sul, 9,5% no Norte e 7,7% no Centro-Oeste. Acerca do desenvolvimento industrial modesto, nota-se um crescimento com a expansão da fronteira agrícola, a proximidade com o Distrito Federal também influencia nesse progresso.

40

Ao contrário das regiões Sudeste e Sul, no Centro-Oeste a proporção de negros que está na escola é menor. Em 2007, o segmento negro representava 57,5% do total da população, no período seguinte (2009) este índice caiu para 57,3% (IBGE, 2010). Embora a população negra tenha se reduzido na região, chama a atenção o aumento significativo de alunos negros na educação básica.

De acordo com o Censo Escolar, no Centro-Oeste, o número de sujeitos negros na escola supera o número de brancos, porém destaca-se o elevado número de alunos com raça/cor “não-declarada” (72,2%). Este dado revela os impactos da ideologia do branqueamento no processo de pertencimento racial e identidade dos sujeitos, sendo, portanto, esta região *locus* de uma grande parcela da população que está invisibilizada, segundo a cor/raça e dessa forma, camufla a real situação do aluno negro ao longo de sua trajetória escolar.

### **3.4 REGIÃO SUDESTE**

As desigualdades regionais em termos educacionais são latentes quando observados os dados estatísticos e as pesquisas qualitativas sobre o tema. O Sudeste se constitui na região brasileira que apresenta a segunda menor taxa de analfabetismo na população maior de 15 anos, 5,7% (em 2009). Os dados educacionais da região apontam para a universalização do Ensino Fundamental e crescente expansão do Ensino Médio; além disso, os salários, as condições

de trabalho e a formação dos professores no Sudeste são muito melhores do que no Norte e no Nordeste (Lemos, 2005).

Além da questão educacional, em termos de desenvolvimento socioeconômico, o Sudeste apresenta diversas vantagens em relação às demais regiões do Brasil (à exceção do Sul que também é considerada como uma das regiões mais desenvolvidas do país). Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) no Sudeste estão entre os melhores do Brasil: São Paulo, 0,833; Rio de Janeiro, 0,832; Espírito Santo, 0,802 e Minas Gerais, 0,800. A maioria da população reside em áreas urbanas (aproximadamente 93%), embora existam vários problemas urbanos, como engarrafamentos, déficit de moradia, violência, poluição, etc. (IBGE, 2010).

Observa-se ainda uma ampla predominância dos estados do Sudeste na apropriação do PIB ao longo do período 1998/2003. “Com efeito, em 1998, São Paulo e Rio de Janeiro detinham 46,5% do PIB do País. Esses dois estados concluíram 2003 com uma participação de 44,0% no PIB nacional” (Lemos, 2005, p.13).

Sobre os dados do Censo Escolar, verifica-se que, assim como no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na região Sudeste a maior concentração de alunos negros está na educação infantil. Porém, na região sudeste, o contraste entre o contingente de negros na educação infantil (creche e pré-escola) e no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) é menor do que se verifica nas regiões Norte e Nordeste.

Em relação ao índice de exclusão das crianças pretas e pardas, verifica-se que, em 2007, a maior redução do número de alunos ocorreu na passagem dos anos finais do ensino fundamental para o ensino médio, com redução de 5% do número de alunos. Em 2009, este índice cai para 4% tanto na passagem dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, quanto deste para o Ensino Médio. Os dados demográficos indicam um crescimento da população negra de 1,5% do ano 2007 (40,8%) a 2009 (42,3%) (IBGE, 2010).

A redução do índice de alunos negros na transição da pré-escola para o Ensino Fundamental representa uma taxa média de 3%, diferentemente, do que foi verificado nas regiões Norte e Nordeste, nas quais tal índice varia de 16 a 19%.

A tendência da composição quase paritária entre o número de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental verificada tanto no Sudeste quanto

no Sul, deve-se tanto à melhoria do fluxo escolar como à própria dinâmica demográfica dessas regiões.

Segundo Castro (2000), as regiões Sul e Sudeste já vivenciam um processo de massificação do ensino médio. Nas regiões Norte e Nordeste, em que pese o significativo crescimento da matrícula nos anos mais recentes, o Ensino Médio ainda permanece bastante elitizado.

Outra divergência que elucida as desigualdades regionais do país é que, diferentemente do que ocorre nas regiões Norte e Nordeste, no Sudeste a proporção de alunos negros na Educação Básica é maior em relação ao número de pessoas negras da população.

Em 2009, por exemplo, na região Sudeste havia, em média, 22% de alunos negros no Ensino Fundamental e Médio para 42% de negros na população; na região Nordeste são, em média, 30% de alunos para 71% de pessoas negras na população; na região Norte, verifica-se, em média, 31% de alunos negros nos referidos níveis de ensino para um total de 76% de negros na população.

42

No Sudeste, o número de alunos de raça/cor branca é maior do que o número de pretos e pardos. Tal situação confirma a tese de Hasenbalg e Silva sobre o ciclo de desvantagens cumulativas que o sujeito negro enfrenta ao longo de sua vida, na medida em que este sofre duplamente: inicialmente, com as limitações da origem social e, ao longo do ciclo de vida individual, pela acumulação de desvantagens sucessivas.

Quando ocorre uma melhora no sistema educacional, em termos de acesso e permanência, tal avanço atinge prioritariamente alunos brancos. De 2007 a 2009, por exemplo, identifica-se um aumento no número de alunos, porém este aumento é maior no caso dos alunos brancos, de 28% saltou para 34,1%, com aumento de 6,1%, enquanto que no caso dos pretos este aumento foi de 0,5% e dos alunos pardos foi de 4,3%.

### **3.5 REGIÃO SUL**

Os dados sobre a região Sul diferem em grande escala dos dados apresentados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e aproximam-se em alguns aspectos da região Sudeste. Os dados apontam para a perceptível constante no número de alunos negros, ao longo da Educação Básica; situação bem diferente das regiões Norte e Nordeste.

A exclusão escolar dos negros, ao longo dos níveis de ensino, é bem reduzida. O maior índice, em 2007, foi de 1,2% dos anos finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio; em 2009, este mesmo índice é identificado na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental. Quadro similar ao que foi observado na região Sudeste.

Outra constatação importante que distingue a região Sul das demais é o fato de que a maioria dos alunos negros encontra-se no Ensino Fundamental (anos iniciais), e a menor proporção está no ensino médio (8,4%, em 2007 e 9,6%, em 2009), com uma queda do número de alunos muito pequena entre estes níveis de ensino.

Assim como na região Sudeste, a região Sul apresenta a maior proporção de negros na escola, quando comparado à quantidade total de negros da população. De 2007 a 2009, a população negra cresceu 0,3% – índice inferior às demais regiões analisadas – em 2007, para um total de 20,6% de negros na população, havia em média 9,36% de alunos na educação básica; em 2009, são 20,9% de negros para 10,2% de alunos pretos e pardos na escola.

Apesar da pequena queda do número de alunos negros aos longos dos anos escolares, contata-se na região, o elevado número de alunos brancos, em relação aos pretos e pardos, assim como verificado na desagregação da população por raça/cor. A região Sul apresenta elevados índices sociais, em vários aspectos: possui o maior IDH do Brasil, 0,831 e o terceiro maior PIB per capita do país, 18.257,79 reais, atrás apenas da Região Sudeste e Região Centro-Oeste. A região é também a mais alfabetizada, 94,8% da população.

Diversos indicadores sociais revelam que, apesar do alto desenvolvimento e riqueza existente na região Sul, a população negra ainda é a maior vítima da desigualdade social e do racismo. De acordo com Henriques (2001), “na região Sul, apesar da riqueza relativa, observamos que as pequenas populações parda e preta são significativamente discriminadas, com 46% dos pardos e 41% dos pretos sulistas pobres. E ainda, segundo o critério de pobreza extrema, 16% dos pardos e 18% dos pretos residentes na região Sul são indigentes” (p.12).

Apesar do contingente de negros ser reduzido na região, nota-se que o número de pessoas que se declara de cor preta é ainda menor. Além disso, há um expressivo índice de sujeitos que não declararam a cor, mais da metade

do total de alunos. Novamente, estes dados revelam os impactos do processo de colonização e os efeitos da ideologia do branqueamento.

A maior concentração de brancos na região Sul é explicada pelo processo de colonização desta região. Colonizada principalmente por imigrantes alemães, italianos e poloneses, na região Sul, as características fenotípicas e as preferências culturais dos habitantes aproximam-se muito dos padrões europeus, inclusive no que se refere à cor da pele, predominantemente, branca. Já no caso do Nordeste, a elevada concentração de escravos negros, durante o período colonial, explica, em grande medida, a alta concentração da população preta e parda, nesta região.

Durante o período pós-abolição, esteve muito presente a ideologia do branqueamento, que associa, entre outros valores: desenvolvimento para os brancos e subdesenvolvimento para os negros.

Assim, a história oficial da região Sul institucionaliza e legitima os altos índices de desenvolvimento econômico e social como resultado do processo intenso imigração europeia. Nesse processo, as populações não brancas, mas, sobretudo os negros, são invisibilizados e contornados.

44

Analisar os dados estatísticos educacionais acerca da trajetória escolar do aluno negro, na Educação Básica, implica necessariamente na elucidação das relações sociais presentes na sociedade, bem como de suas contradições e mazelas, uma vez que a escola não está 'descolada' desta realidade, e sim, representa, também, o lugar dos conflitos raciais e da discriminação contra o negro.

#### 4. CONCLUSÕES

Ao mesmo tempo em que os dados do Censo Escolar revelam aspectos acerca da exclusão escolar do negro, na escola, ocultam, também, contradições e elementos que podem influenciar significativamente o acesso ao sistema educacional e sua permanência nele.

O elevado índice de alunos com cor/raça 'não-declarados' camufla a persistência do racismo no Brasil, através da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial, na medida em que a autodeclaração racial interfere no

processo de mobilidade social dos sujeitos, em uma categoria que associa padrões de superioridade e desenvolvimento à tonalidade branca.

Conclui-se, portanto, que a exclusão do negro é um problema nacional, não estando circunscrita a uma região específica, isto é, mesmo havendo significativas diferenças entre as regiões, em todas elas identificou-se o fenômeno da exclusão escolar do negro, algumas com índices mais elevados, outras, menos elevados.

Do período de 2007 a 2009, constatou-se que, embora o aluno negro sofra a exclusão desde a mais tenra idade, os anos finais do Ensino Fundamental representam a culminância deste processo. Ou seja, a maior exclusão dos alunos negros – menor índice de alunos negros nos diferentes níveis de ensino – ocorre na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental e também na transição destes para o Ensino Médio.

A análise, segundo as grandes regiões do Brasil, o Norte e o Nordeste apresentam a maior redução do número de alunos negros, ao longo dos níveis de ensino e, portanto, configuram as regiões com maior exclusão do aluno negro, além de eles sofrerem mais fortemente os impactos das desigualdades socioeconômicas do país. A região Centro-Oeste ocupa uma posição intermediária, com avanços significativos no campo educacional, entre 2007 e 2009.

Embora as regiões Norte e Nordeste apresentem os maiores índices de exclusão do negro e as maiores desvantagens no plano socioeconômico, são também as regiões que apresentam os maiores índices sociais de crescimento e expansão do atendimento educacional.

Nota-se no Brasil um nítido padrão de distribuição regional, com os brancos sendo a maioria nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul) e os pardos sendo majoritários nas regiões menos desenvolvidas (Nordeste e Norte). Tal situação revela a influência ideológica do branqueamento no processo de discriminação racial, que associa, entre outros valores, desenvolvimento para os brancos e subdesenvolvimento para os negros.

Destaca-se a necessidade da implementação de políticas e ações concretas direcionadas às especificidades regionais e que, articulado a outras políticas públicas, menos universalistas, que contemplem em maior proporção a diversidade racial, e assim, possam propiciar condições que contribua efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa.

Neste estudo os dados estatísticos educacionais são interpretados não apenas por aquilo que manifestam, mas também por tudo aquilo que silenciam, fundamentados em um racismo silenciado pela ideologia da democracia racial.

A distribuição espacial da população negra, prioritariamente nas regiões menos desenvolvidas do país; a menor proporção de negros, nos níveis mais elevados da educação básica; a pequena parcela da população que se identifica como de cor/raça preta; a ausência de dados estatísticos educacionais desagregados por cor/raça; o alto índice de pessoas que não declaram a cor/raça, enfim, todas estas constatações visíveis nos dados do Censo Escolar estão marcadas por inúmeros fatores que são camuflados e assim, legitimados nas relações sociais.

A desigualdade socioeconômica é a causa lógica para as disparidades entre brancos e negros, contudo diversos estudos revelam que mesmo em igualdade de condições socioeconômicas, persiste um diferencial racial nas oportunidades educacionais entre brancos e negros. Assim, afirma-se que o racismo continua sendo a explicação mais sólida para as desigualdades entre brancos e negros, tendo em conta evidências empíricas, sejam elas recolhidas de dados quantitativos, sejam de observações participantes ou documentos.

46

Defende-se a necessidade de produção de pesquisas que desvelem os aspectos camuflados do racismo na sociedade, que apontem quais os elementos presentes nas dinâmicas sociais, os quais operam no plano simbólico e subjetivo dos sujeitos, e que são responsáveis por legitimar a exclusão dos negros.

São necessárias pesquisas que tenham como objeto de estudo a discriminação e a exclusão do aluno negro no Ensino Fundamental e na transição para o Ensino Médio, cujo objetivo seja identificar os elementos que corroboram o abandono e a evasão escolar nestes níveis de ensino, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, nas quais tal exclusão é mais evidente e avassaladora.

O racismo no Brasil ainda continua sendo a explicação mais sólida para as condições de desigualdade entre brancos e negros, e que, portanto, enquanto não forem desenvolvidas políticas públicas específicas em relação à questão racial, a população negra continuará sofrendo os danos da exclusão e da desqualificação social.

Da mesma forma, a escola não está isenta dos mecanismos que sustentam a discriminação racial, isto é, no espaço escolar os entraves e conflitos sociais estão



presentes e são legitimados, seja através do currículo, dos livros didáticos, da prática do professor, seja através das representações sociais. Logo, a exclusão do aluno negro da escola deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, que está fortemente marcado pelo racismo, e não, somente, por questões socioeconômicas ou regionais.

---

## REFERÊNCIAS

- Andrews, G. R. (1998). Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 30, pp.95-115. Recuperado em 10 julho de 2010 de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200008).
- Brasil. (2008). Ministério da Educação e Desporto. *Sinopse Estatística: Educação Básica: Censo Escolar – 2007*, Brasília.
- Brasil. (2010). Ministério da Educação e Desporto. *Sinopse Estatística: Educação Básica: Censo Escolar – 2009*, Brasília.
- Castro, M. H. G. (2000) As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: Henriques, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Guimarães, A. (2006) Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo Social*. (v.18, n.2, pp. 259-268). São Paulo.
- Haddad, S., e Graciano, M. (2003). Acesso à educação ainda não é universal no Brasil. In: Sydow, E., Mendonça, M. L. (Org.). *Direitos Humanos no Brasil 2003 - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos* (v.2, 2ª ed., pp. 179-182). São Paulo.
- Hasenbalg, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Hasenbalg, C. A., e Silva, N. V. (1990). Raça e oportunidades educacionais. *Estudos Afro-Asiáticos*, 18, 73-89.
- Henriques, R. (2001). Para acabar com a pobreza. *República*, 1(51), 128-151.
- Instituto de Geografia e Estatística. (2010). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro.
- Lemos, J. S. (2005) *Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre*. Fortaleza: Banco do Nordeste S. A.

